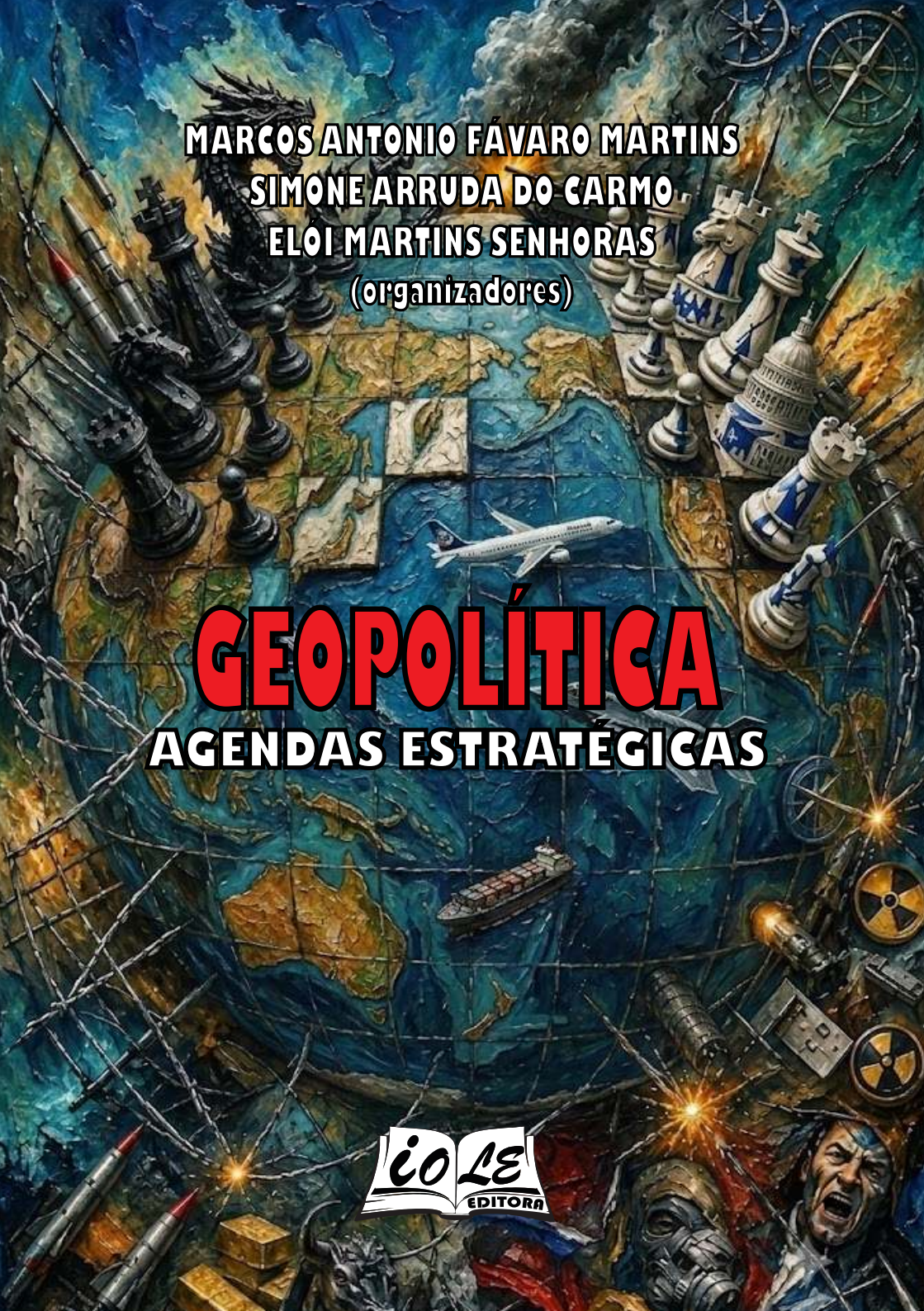
MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

GEOPOLÍTICA

AGENDAS ESTRATÉGICAS



EDITORA

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

GEOPOLÍTICA

Agendas Estratégicas

MARCOS ANTONIO FÁVARO MARTINS
SIMONE ARRUDA DO CARMO
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Ma3 MARTINS, Marcos Antonio Fávaro; CARMO, Simone Arruda; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Geopolítica: Agendas Estratégicas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Geografia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-9-4

1 - Estudos de Caso. 2 - Geografia. 3 - Geopolítica. 4 - Teoria.
I - Título. II - Martins, Marcos Antonio Fávaro. III - Geografia. IV - Série

CDD–900

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.

EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 8

Amazônia e Soberania: Notas Teóricas e Conceituais em Geopolítica Contemporânea

AMAZÔNIA E SOBERANIA: NOTAS TEÓRICAS E CONCEITUAIS EM GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Nelcioney José de Souza Araújo [1]

Thiago Oliveira Neto[2]

A discussão teórica e conceitual referente à soberania na geopolítica e geografia política apresentou diferentes caminhos, e estes estão centrados nas mudanças mundiais de ordem, desordem, formação de coalizões, blocos de poder, crises e na emergência de novos atores no cenário internacional que não correspondem à figura de um Estado nacional. Diante disso, torna-se oportuno realizar um exercício inicial de discussão sobre a Amazônia brasileira diante das novas compreensões referentes à soberania, tendo em vista as confusões que ocorrem ao se transplantar modelos teóricos do século XX para analisar a realidade complexa contemporânea.

Os modelos teóricos em geopolítica correspondem a uma tentativa de estruturar explicações lógicas, causais e sofisticadas de diferentes conjunturas regionais, macrorregionais ou mundiais que se encontram em alterações, apresentando o que Agnew (2000; 2017) menciona como imaginário geopolítico, com contribuições oriundas de diferentes momentos históricos, principalmente do final do século XIX e XX, que, por sua vez, vão subsidiar ações de atores estatais em sua organização espacial perante os tensionamentos e as relações de poder no sistema-mundo.

[1] Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: nelcioney@ufam.edu.br

[2] Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: thiagoton91@live.com

A discussão e o debate conceitual referentes à soberania, e até mesmo ao tema da defesa e da Amazônia, apresentam mutações e novas compreensões no período atual, principalmente no âmbito da geopolítica crítica, que traz um novo arsenal teórico e conceitual que possibilita compreender o mundo em uma conjuntura fluida, complexa e em mutação.

Nesse contexto, o presente texto traz algumas considerações referentes às discussões de soberania e Amazônia, com enfoque em temas principais que foram sendo abordados no século XX e na necessidade de atualizar o debate com base nas discussões de John Agnew, em que se discute soberania e globalização, no sentido de evitar análises errôneas ou até mesmo sustentadas em postulados do século XX, de um mundo bipolar e de outra estrutura política, jurídica, ideológica e econômica. Diante disso, o texto apresenta um conjunto de reflexões, análises e críticas pontuais aos debates referentes à Amazônia e soberania, com base nos marcos teóricos e conceituais contemporâneos da geopolítica, destacando as contribuições de Agnew (2000; 2004; 2009).

UM BREVE PREÂMBULO PELA GEOPOLÍTICA

Agnew (2017), no início de seu célebre livro *Globalization and Sovereignty*, menciona que o termo soberania teve uma primeira emergência dentro de um contexto histórico marcado pela religiosidade ocidental, em que a noção de soberania estaria associada à pólis romana, posteriormente ao Imperador Romano e, mais adiante, a um Deus monoteísta. Na Idade Média, a discussão ganhou uma origem intelectual que passou a subsidiar o debate político europeu, com pelo menos dois polos de reflexão: um centrado em um mundo mais aberto (Adam Smith) e outro no

exercício de espaços soberanos com a concepção de Estado–Leviatã (Thomas Hobbes).

O mesmo autor menciona que a própria soberania corresponde a uma "extensão e institucionalização do controle e da autoridade [estatal] dentro de um campo espacial; eles [Estados] diferem profundamente quanto à natureza deste campo", manifestando-se de maneira desigual e revelando uma penetração cada vez maior de uma soberania relativa, apoiada também em um sistema global (AGNEW, 2017, p. 02).

No âmbito dos clássicos da geografia política e geopolítica, identifica-se em Jean Gottmann (1973) menções às funções da soberania territorial, que apresentam mudanças e transformações com os avanços técnicos da vigilância via satélite e com a construção de artefatos técnicos militares de destruição em massa.

A partir dessas questões iniciais, podemos destacar que as discussões sobre soberania, geopolítica, recursos e Amazônia fazem parte de uma agenda de debates, reflexões e expressões políticas, manifestando-se em discursos e ações que partem de uma clara compreensão de que o Estado conseguiria exercer em sua plenitude o controle absoluto sobre um território específico (compreensão clássica). Essa visão alimentou e ainda alimenta especulações sobre o papel do Estado brasileiro na Amazônia, região que apresenta a atuação de diversos atores internacionais, desde Organizações Não Governamentais (ONGs) até indústrias e mineradoras transnacionais. Sob uma ótica clássica, essa presença poderia representar uma erosão da soberania nacional e uma possível ingerência internacional em frações específicas do território nacional[3].

[3] Caso da mineração Pitinga situada em Presidente Figueiredo que teve a compra de ativo de uma mineradora peruana por uma empresa chinesa e isso foi largamente divulgado em jornais locais e pela mídia alternativa.

Obviamente, os debates e questões referentes à soberania alteram-se conforme as mudanças no mundo e no âmbito político de determinadas regiões, pois a ascensão de governos com perfis distintos influência de maneira diversa esse tema. Na seara das relações internacionais, encontram-se algumas chaves para compreender o debate atual sobre segurança[4], com as correntes teóricas centradas no realismo, liberalismo, neorrealismo, neoliberalismo institucional (tradicionais), construtivismo, crítica marxista, teoria crítica, teorias pós-modernas e suas derivações (contemporâneas).

No realismo, o sistema internacional é compreendido como anárquico, e os Estados são os atores centrais, buscando potencializar seu poder (balança de poder) e garantir sua segurança, com um debate centrado na importância da segurança[5] nacional e nos interesses internos. Na perspectiva teórica do liberalismo, a discussão centra-se no estabelecimento da cooperação internacional por meio de acordos institucionais visando à promoção do comércio e da democracia, com a formação de instituições internacionais. Para os neorrealistas (denominados de realismo estrutural), o comportamento dos Estados, por meio de suas ações, está determinado pela estrutura existente do sistema internacional, marcado por um estado de anarquia (ausência de um governo mundial), sendo essencial considerar as estruturas sistêmicas. A

[4] "No campo das relações internacionais, o conceito de "segurança" está intimamente associado à defesa da integridade do espaço territorial do Estado. Mas isso não significou a defesa da segurança humana, cultural ou ecológica, exceto incidentalmente. O que está em jogo é a sobrevivência e a manutenção da soberania do Estado sobre seu território. A soberania total do Estado sobre seu espaço territorial em um mundo fragmentado em Estados territoriais dá ao Estado sua justificativa mais poderosa. Sem isso, um Estado seria apenas mais uma organização" (AGNEW, 1994, p. 60).

[5] Na perspectiva clássica e realista. Jonh Agnew (1994, p. 62) menciona que "a segurança só é possível em uma unidade espacial rigidamente definida e dotada de soberania".

perspectiva institucional compreende que, embora o sistema internacional seja anárquico, as instituições e a diplomacia entre os Estados podem e devem criar condições para a cooperação entre os Estados nacionais.

O segundo grupo, formado por correntes contemporâneas, compreende os construtivistas, que centralizam a discussão em torno das normas, identidades e discursos que moldam um sistema de ações compatível com os interesses estatais. Na perspectiva marxista, destaca-se que o sistema internacional é constituído por relações econômicas e por uma constante luta de classes dentro do sistema-mundo, existindo relações de dependência e de imperialismo entre as nações. Já a teoria crítica se concentra no questionamento das estruturas de poder existentes e fortalece o debate sobre justiça global, com propósito social voltado aos grupos sociais marginalizados. No âmbito das teorias pós-modernas, encontram-se abordagens voltadas ao questionamento do poder, ao papel das linguagens e à desconstrução dos discursos, à crítica das relações internacionais moldadas por gênero e à invisibilização das mulheres, além das teorias e caminhos considerados decoloniais.

Em cada uma dessas perspectivas, o debate sobre segurança e Amazônia pode ser estabelecido ou mesmo identificado a partir dos discursos, reconhecendo-se qual matriz teórica deu subsídio àquela narrativa ou ação. Dentro desse contexto mais teórico, pontuamos a seguir algumas considerações sobre soberania e temas relevantes para uma discussão profunda e analítica, tomando como recorte de análise e reflexão a Amazônia brasileira.

No primeiro grupo, identifica-se, por exemplo, que a soberania é concebida como algo inviolável, não devendo os Estados nacionais se submeterem a uma autoridade superior, uma vez que não existe um governo global. Por outro lado, nas perspectivas do liberalismo e do neoliberalismo institucional, acrescenta-se a ideia de que a soberania pode ser compartilhada por instituições ou

normas supranacionais às vezes por meio de acordos que implicam a cessão de parte da "autonomia" estatal perante organizações regionais de cooperação, como no caso da União Europeia.

No período atual, o debate concentra-se em perspectivas construtivistas, nas quais a soberania é compreendida como uma construção social, sujeita a variações e transformações ao longo das décadas, em função das próprias dinâmicas da sociedade em constante mudança. Já nas perspectivas crítica e marxista, o debate sobre a soberania dos Estados é tratado como um sofisma, uma vez que os Estados situados na periferia do sistema-mundo encontram-se subordinados aos interesses e ao imperialismo dos países centrais das dinâmicas capitalistas.

Perante esses marcos conceituais, Agnew (2004) propõem "regimes de soberania" "que resultam de combinações distintas da autoridade central do Estado (poder despótico legítimo) por um lado, e grau de territorialidade[6] política (a administração do poder de infraestrutural) por outro", havendo impactos da globalização com "[...] consequências para a territorialização da soberania [...]" como caso de externalidades ambientais que não seguem as delimitações rígidas das fronteiras políticas, dupla ou mais cidadanias, comércio e empresas transacionais, porosidade e fluxos diversos perpassando pelas fronteiras. Nesse contexto, Agnew (2005) reforça a tese de que "a soberania efetiva não é necessariamente baseada e definida pelas fronteiras territoriais estritas e fixas dos estados individuais", com origens que remete anterior ao tratado de Westfalia e que se centra na compreensão de que a soberania é "a organização territorial absoluta da autoridade política".

[6] Em um texto de 2017, o mesmo autor menciona que a territorialidade corresponde pela "divisão espacial é mais tipicamente considerada como uma estratégia usada por organizações e grupos para gerir os problemas sociais, económicos e atividades políticas" (AGNEW, 2017, p. 30).

A ideia de "soberania compartilhada" [7], que envolve dois sistemas de gestão (o nacional e o supranacional), reflete essa mudança. Instituições supranacionais e a transferência do poder econômico para organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para uma nova estrutura de organização dos Estados nacionais.

Nos próximos tópicos deste texto, abordam-se temas e questões que envolvem as discussões geopolíticas em torno da soberania, da Amazônia e dos tensionamentos contemporâneos associados a essas dinâmicas. É importante destacar que determinados aspectos desse debate recaem sobre o que Agnew (1994; 2017) convencionou chamar de armadilha territorial (*territorial trap*). Trata-se de uma crítica ao imaginário geopolítico tradicional e às análises das relações internacionais que: supõem o Estado como um poder soberano fixo e imutável no interior de um território delimitado; estabelecem uma separação radical entre política externa e interna; reproduzem a ideia de que o Estado funciona como um verdadeiro contêiner da sociedade, no qual todas as relações se dão internamente e como se o território nacional estivesse isolado do sistema-mundo.

SOBERANIA E RECURSOS

Os recursos naturais estão no centro de disputas e relações de poder quanto à sua apropriação e uso em circuitos espaciais produtivos considerados estratégicos para um dado Estado, conjunto

[7] "[...] (como uma China, dois sistemas em Hong Kong, o surgimento de sistemas supranacionais como a UE e a cessão do poder econômico nas mãos de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) no caso de países altamente endividados e não em desenvolvimento) e outras situações anômalas" (AGNEW, 2005).

de Estados ou para empresas transnacionais. Nesse sentido, não se trata apenas de uma geopolítica do petróleo, do lítio ou das águas de forma isolada, mas, sobretudo, de uma correlação de forças que envolve diversos atores políticos e que se manifesta tanto por meio de ações concretas (como a exploração, tratados e acordos) quanto por meio de discursos e construções simbólicas.

Tais construções simbólicas e os imaginários geopolíticos têm alimentado debates e interpretações que associam tensões, conflitos e guerras ao controle e à gestão de recursos por parte dos Estados. A centralidade desses recursos é frequentemente relacionada à capacidade que um Estado possui de restringir ou possibilitar sua exploração, inserindo-se em um contexto de soberania que é tensionado por múltiplas escalas.

As restrições à exploração de recursos naturais, por exemplo, podem ser resultado de tensões de ordem local como a resistência de povos originários contrários à exploração em seus territórios ou ainda de decisões estatais fundamentadas na ausência de condições políticas, econômicas ou ambientais adequadas para viabilizar tal atividade em um determinado momento histórico. Por outro lado, a liberação da exploração em função das demandas do mercado e dos circuitos produtivos globais pode ser igualmente tensionada por outros Estados ou por empresas transnacionais, especialmente quando há exclusão de determinados atores ou quando a operação está concentrada sob monopólio estatal.

A noção de recurso, conforme explorada por Raffestin (1993), refere-se à função e ao uso que a sociedade lhe atribui em determinado contexto histórico. Assim, o recurso não é uma entidade dada em si mesma, mas sim o resultado de uma relação política e de uso, cuja utilidade é variável conforme o tempo e as transformações sociais e tecnológicas. Nesse sentido, a tecnicidade seja simétrica ou

dissimétrica[8], desempenha um papel fundamental na ampliação da empregabilidade dos recursos, permitindo que elementos anteriormente considerados inexploráveis ou irrelevantes passem a adquirir valor estratégico.

A distribuição desigual de recursos naturais no espaço geográfico, por sua vez, e a necessidade constante de garantir seu suprimento para manter e expandir as forças produtivas tornaram-se elementos centrais para as correntes realistas da geopolítica. Contudo, esse aspecto também remete àquilo que Agnew (1994; 2017) denominou de "armadilha territorial", uma vez que a lógica contemporânea de apropriação e circulação dos recursos transcende os limites e interesses estritos dos Estados nacionais. No contexto atual, a demanda por recursos naturais não é dirigida apenas pelo Estado enquanto figura central, mas, sobretudo, por complexas redes econômicas globais e por circuitos espaciais produtivos comandados, em grande parte, por empresas transnacionais. A exceção a esse padrão ainda se verifica, de modo mais marcante, em setores produtivos ligados à indústria bélica e à segurança nacional, em que a centralidade estatal permanece mais evidente.

Apesar da distribuição desigual de recursos naturais no espaço geográfico, seu controle não é exercido exclusivamente, nem de forma monolítica pelos Estados nacionais. Estruturas supranacionais e sistemas de acordos entre empresas produtoras e países configuram mecanismos de regulação estratégica, como é o caso da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e sua extensão, a OPEP+, que influenciam diretamente a dinâmica global dos mercados de energia (exploração de hidrocarbonetos).

Os tensionamentos e conflitos em torno da apropriação e exploração dos recursos naturais manifestam-se, ao menos, em duas escalas distintas. Na escala macrorregional e mundial,

[8] Não destrutiva e destrutiva.

conglomerados industriais e países estabelecem relações de poder que visam viabilizar ou, em determinados casos, restringir a exploração desses recursos, de acordo com os interesses de circuitos espaciais produtivos específicos. Nessa lógica, observa-se uma convergência entre interesses estatais e empresariais, frequentemente imbricados, para estruturar a produção mineral e energética de forma a ampliar a competitividade territorial, viabilizando a inserção de firmas no cenário global concorrencial.

Por outro lado, no âmbito interno dos Estados, também há disputas associadas à instalação de estruturas produtivas e de prospecção, dado o dinamismo que tais empreendimentos provocam em diferentes escalas subnacionais como municípios, províncias ou estados muitas vezes marcados por desequilíbrios no desenvolvimento regional.

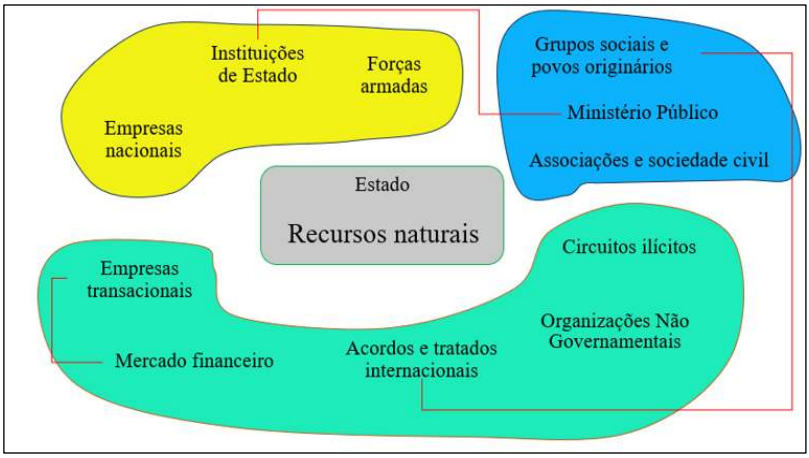
Nesse contexto complexo, diferentes atores podem convergir para acelerar ou frear os processos de exploração dos recursos naturais, a depender de seus interesses sejam eles econômicos, ambientais ou de segurança. Em todas essas esferas, observam-se elementos discursivos e práticas territoriais que revelam a atuação do Estado no sentido de resguardar uma soberania estratégica sobre tais recursos. Essa preocupação ganha especial relevância no cenário contemporâneo, sobretudo diante da crescente valorização dos minerais estratégicos que compõem a base de indústrias de alta tecnologia, como a de veículos elétricos, inteligência artificial e Internet das Coisas (*Internet of Things* - IoT), entre outras.

A segunda escala de conflito ocorre no âmbito territorial interno, com disputas entre diferentes atores, principalmente nas escalas regional e local, onde se concentram reservas e jazidas de minerais. A exploração desses recursos geralmente se dá em territórios já ocupados, com dinâmicas sociais estabelecidas por um ou mais grupos territorializados, que frequentemente recebem com desconfiança os anúncios de exploração, as especulações em torno

de pesquisas mineralógicas e o início das atividades extrativas. Isso se deve ao fato de que tais processos tendem a transformar as espacialidades existentes, impondo novos usos ao território muitas vezes distintos ou até mesmo conflitantes com os usos anteriormente estabelecidos. Desse modo, desencadeiam-se tensões e conflitos entre grupos sociais locais, instituições não governamentais voltadas a pautas ecológicas, empresas e o próprio Estado.

No contexto brasileiro, é possível identificar três principais conjuntos de atores que tendem a tensionar ou influenciar o debate sobre recursos naturais e soberania (Figura 1). Destaca-se, entre eles, um grupo composto por atores internacionais que, nas últimas décadas, passaram a atuar concretamente no território. Parte desses atores não corresponde a Estados nacionais, mas a outros agentes não estatais, como empresas, ONGs e entidades ligadas a acordos internacionais.

Figura 1 - Conjunto de atores e a soberania dos recursos naturais



Fonte: Elaboração própria.

Outro campo de tensionamento diz respeito às escalas afetadas pela extração de recursos naturais, uma vez que acidentes e vazamentos ambientais geram impactos que extrapolam o âmbito local e atingem múltiplos recortes territoriais seja dentro de um mesmo Estado, seja entre diferentes Estados nacionais. Nesse contexto, observa-se o que Agnew (2005) denomina "soberania desagregada", conceito que aponta para a disposição dos Estados em compartilhar autoridade diante de problemas ambientais, econômicos e sociais que transcendem sua capacidade individual de gestão.

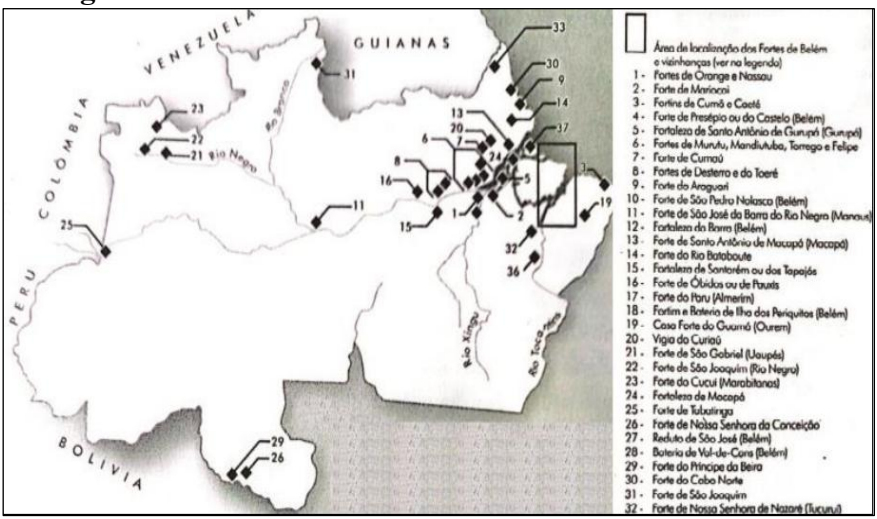
SOBERANIA E INFRAESTRUTURAS

As infraestruturas de circulação, comunicação e transporte tanto de cargas quanto de pessoas tornaram-se, ao longo dos séculos, elementos fundamentais para a organização e reorganização dos territórios dos Estados nacionais. Elas desempenharam papel central no cercamento de fronteiras, no reforço ao isolamento territorial e, mais recentemente, na promoção de um regionalismo aberto. No período atual, a expansão e a conectividade dessas infraestruturas para além das fronteiras nacionais são fundamentais para garantir a fluidez de mercadorias, informações e pessoas, tornando as fronteiras mais porosas aos fluxos, que passam a ser cada vez mais transnacionais, e não apenas internacionais entre dois ou três países vizinhos.

Retomando a perspectiva histórica, cabe destacar o papel fundamental dos fortes no processo de formação territorial da Amazônia (Figura 2). Essas estruturas fixas funcionaram como abrigos para tropas e munições, permitindo o estabelecimento de controle territorial e de dissuasão em um contexto de viagens, expedições e disputas entre nações pelas terras da América do Sul

(MACHADO, 1991; FORTES, 2001; OLIVEIRA NETO; SILVA, 2022).

Figura 2 - Os fortes e o controle territorial na Amazônia

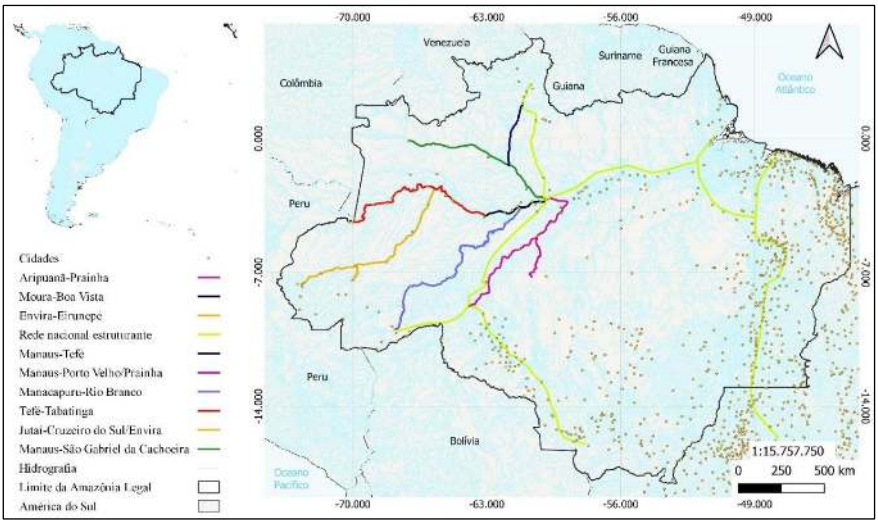


Fonte: Carlos de Meira Mattos (1980).

Com o avanço dos meios técnicos e o aumento da densidade técnica no território, a noção de integração territorial por meio das infraestruturas sofre importantes transformações. Já não são apenas as infraestruturas lineares como rodovias e ferrovias que constituem a base para estabelecer e fortalecer a coesão territorial. Objetos técnicos de dimensão pontual, como antenas, aeroportos e portos, assim como elementos lineares mais recentes, como cabos ópticos em sistemas de infovias (Figura 3) e linhas de transmissão de energia, passam a desempenhar papel estratégico no território. Esses dispositivos tornam-se fundamentais para o reforço da integração territorial, ao possibilitarem o deslocamento de dados e informações

essenciais para a gestão territorial com destaque especial para as dimensões de controle e operação militar.

Figura 3 - Redes de fibra óptica e infovias na Amazônia brasileira



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2018); BNAmérica (2022).

No período atual, as condições materiais continuam sendo fundamentais para reforçar ações voltadas à consolidação da soberania territorial. No entanto, coexistem no território brasileiro e de forma mais evidente na Amazônia extensas áreas marcadas por baixa fluidez territorial, nas quais a mobilidade e o acesso aos transportes permanecem precários para os grupos sociais que vivem ao longo das calhas dos rios e das rodovias locais existentes. Ainda hoje, os eixos de circulação consolidados ou em processo de consolidação, bem como os novos arranjos de transporte em escala regional e internacional (no Pan-Amazônica), não representam propriamente vias inéditas ou de ações de planejamentos recentes.

Na verdade, correspondem a propostas de trajetos historicamente, que remontam a planos do período imperial, da Primeira República, e que ocuparam lugar central no imaginário de geopolíticos brasileiros como Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva e Carlos de Meira Mattos[9]. Esses projetos permanecem nas agendas governamentais, sustentados pelo princípio clássico da integração interna e externa como instrumento de domínio e controle territorial. Contudo, diferentemente do século XX, a lógica atual não está mais centrada apenas na ocupação física do território, mas na sua transformação em espaço mais fluido e seguro para os fluxos contemporâneos.

SOBERANIA E OCUPAÇÃO

A Amazônia brasileira foi historicamente representada como uma fração territorial vazia e de baixa densidade demográfica[10], o que serviu de justificativa para a formulação de políticas estatais voltadas à indução de fluxos migratórios e ao reforço da posse territorial. Essa narrativa remonta a antigos princípios que orientaram os processos de conquista territorial nos séculos passados, segundo os quais a terra pertenceria apenas àqueles que a ocupassem efetivamente.

Esse imaginário geopolítico tem orientado ações estatais em diferentes momentos históricos, ignorando o fato de que o território amazônico possui uma longa e significativa trajetória de ocupação.

[9] "[...] o principal argumento em comum destes geopolíticos era de que para melhor *defender-se o Brasil precisaria melhor integrar-se* [...]" (ROOY; FARIAS, 2020, p. 74).

[10] Menciona-se que mesmo nas áreas de alta ou de baixa densidade demográfica existe a inserção de atores não estatais e que atuam em circuitos ilícitos ou em ações políticas com exercício de relações de poder, principalmente em bairros e cidades.

Apesar de muitos povos originários terem sido violentamente impactados e em muitos casos dizimados pelos processos de colonização e expansão territorial, diversos grupos indígenas desempenharam papel fundamental na manutenção e ampliação da ocupação territorial ao longo do tempo.

Nesse sentido, os povos originários foram, desde o processo de conformação da Amazônia brasileira contemporânea, aliados estratégicos do Estado na expansão e consolidação territorial, especialmente em um contexto marcado por dificuldades de acesso e comunicação, decorrentes da baixa densidade técnica da região. No período atual, entretanto, esses povos enfrentam novas ameaças decorrentes do avanço das dinâmicas extrativas predatórias e da atuação de circuitos ilícitos como o tráfico de drogas e armas além de serem, por vezes, indevidamente percebidos como possíveis riscos à integridade da soberania territorial, sobretudo por sua mobilidade cotidiana que frequentemente atravessa limites fronteiriços.

Para essas populações, as fronteiras impostas pelos Estados nacionais não constituem barreiras rígidas em sua organização social e territorial. No entanto, fora desse contexto regional e fronteiriço, tal mobilidade é muitas vezes interpretada como migração irregular ou como um potencial ameaça de invasão por indígenas oriundos de países vizinhos o que, na prática, não se confirma, tampouco condiz com as demandas e modos de vida dos povos originários da Amazônia brasileira e da Pan-Amazônia.

Dessa forma, destaca-se que a soberania no período atual não está sendo fragilizada pela autonomia dos povos indígenas em seus territórios, mesmo quando localizados na faixa de fronteira, nem por seus deslocamentos tradicionais que transpassam linhas imaginárias entre Estados nacionais. A real vulnerabilidade da soberania territorial reside, isso sim, na expansão das atividades ilegais e dos circuitos informais sobretudo aqueles associados a crimes

ambientais, tráfico e garimpo ilegal que provocam danos sociais e socioambientais significativos. Esses processos representam formas contemporâneas de "erosão da soberania", não promovidas por outros Estados nacionais, mas por atores não estatais, cuja atuação transnacional é impulsionada pelas dinâmicas atuais da globalização.

SOBERANIA E OS *HOT SPOTS* DE TENSIONAMENTOS E CONFLITOS

Nesse contexto de emergência de novos atores e de tensionamentos no território, cabe mencionar que, na primeira metade do século XX, o Brasil apresentou recortes territoriais considerados problemáticos, especialmente na faixa de fronteira de 150 quilômetros (km), por concentrarem focos de tensão com países vizinhos. Essas frações territoriais com tensões eram então denominados *punctum dolens*.

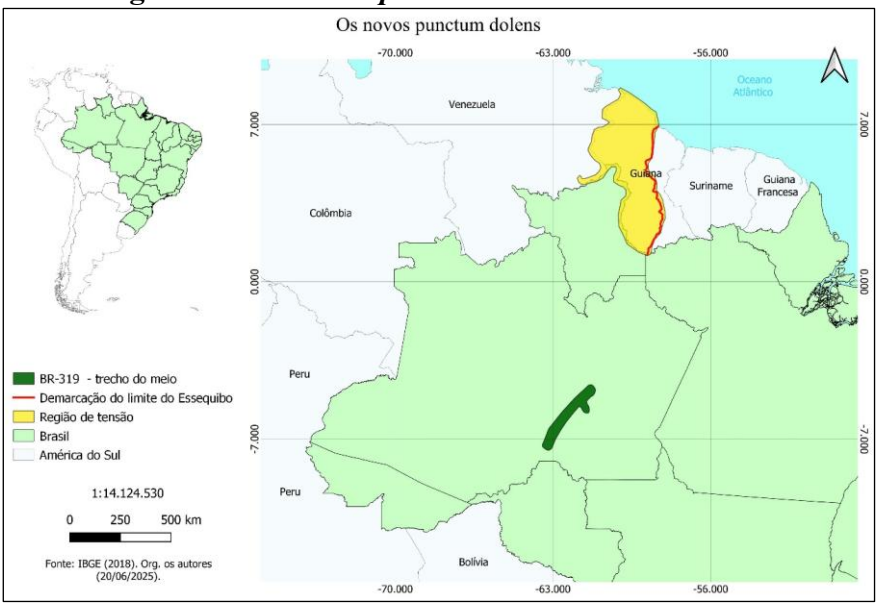
Os *punctum dolens* do Brasil na década de 1940[11], conforme mencionado por Lysia Rodrigues (1947), estavam centrados nos tensionamentos fronteiriços e na necessidade de estabelecer recortes territoriais específicos para ampliar o controle estatal sobre essas áreas. Passadas mais de oito décadas, os *punctum dolens* assumem nova configuração e dimensão territorial (Figura 4), não mais se concentrando exclusivamente nas fronteiras, mas manifestando-se também como tensões originadas em territórios fronteiriços. Um exemplo disso são as disputas entre Venezuela e Guiana ambas com fronteiras com o Brasil no estado de Roraima, que, desde a segunda

[11] Os *Puncti Dolentes* seriam o *Punctum* de Iguaçu na região de Iguaçu, fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai; o da Bolívia, na região do triângulo formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba-Sucre e Santa Cruz de La Sierra, [...]; e o *Punctum* de Letícia na fronteira de trijunção do Brasil, Peru e Colômbia" (ROOY; FARIAS, 2020, p. 102).

década do século XXI, têm gerado fluxos migratórios significativos da Venezuela para cidades brasileiras, especialmente para Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, e para a capital do estado, Boa Vista.

Um segundo *punctum dolens* refere-se à precariedade das infraestruturas de comunicação e transporte, notadamente a ligação rodoviária BR-319, que conecta a cidade de Manaus ao sistema rodoviário nacional e à malha internacional sul-americana.

Figura 4 – Os novos *punctum dolens* no território



Fonte: Elaboração própria.

Os *punctum dolens* do passado se associam, em certa medida, aos *hot spots* do período atual. No entanto, no caso dos *hot spots*, a dimensão territorial se torna mais difusa, especialmente diante de

tensionamentos e conflitos como os relacionados à territorialização do crime organizado e aos circuitos ilícitos, cujos fluxos são instáveis e variam ao longo do tempo.

A formação desses novos *punctum dolens* no território corresponde a uma nova face dos tensionamentos históricos, marcada por conflitos fronteiriços recentes (a partir de 2020), crises migratórias, ausência ou incompletude de infraestruturas fundamentais e pela atuação pulverizada de atores que operam ilicitamente no território. Esses agentes se apropriam de recursos naturais e desestruturam as formas de organização social de grupos como os ribeirinhos e os povos originários, gerando impactos profundos na coesão territorial e nos modos de vida tradicionais.

SOBERANIA E AS NOVOS ATORES: DESAFIOS EM DUAS ESCALAS ESTRUTURAIS

O debate sobre a erosão das soberanias dos Estados nacionais esteve, por muito tempo, associado às disputas ideológicas intensificadas durante o período do mundo bipolar (1917–1991) e aos tensionamentos nas fronteiras políticas, marcados pelo avanço de tropas militares e pela expansão de infraestruturas e atividades econômicas nas fimbrias dos Estados. No entanto, o sistema internacional passou por ajustes e, nas últimas décadas, parte substancial dos conflitos mundiais inclusive no entorno estratégico do Brasil foi tratada por meio de ações diplomáticas, com destaque para a assinatura de tratados e a resolução pacífica de disputas.

Apesar da retórica de determinados atores políticos sobre anexações territoriais, raramente se observam ações diretas de invasão ou ocupação militar. Por outro lado, a emergência de novos atores, conforme apontam Font e Rufi (2006) e Agnew (2017),

representa um verdadeiro desafio à segurança das fronteiras e à governança dos territórios. Nesse contexto, a compreensão da soberania deve ser repensada à luz das dinâmicas da globalização, como também sugere Agnew.

A pulverização de atores com interesses políticos diversos tende a gerar objetivos que se distanciam e muitas vezes colidem com os do estamento estatal e militar. Essas divergências se manifestam espacial e politicamente por meio de tensões, protestos e articulações entre atores locais e exógenos. Um exemplo são as paralisações e contestações de projetos estratégicos na Amazônia, como a repavimentação da BR-319 (Manaus - Porto Velho), a exploração de silvinita em Autazes (Potássio Brasil) e a proposta de construção da ferrovia Sinop-Itaituba (Ferrogrão). Essas ações, embora frequentemente atribuídas à ingerência de ONGs internacionais, também estão associadas a problemas locais de planejamento e governança, além da própria formação de rede de atores[12] críticos e/ou contrários as transformações territoriais.

Essa nova configuração coloca a soberania territorial em xeque, especialmente diante da atuação de grupos que promovem apropriações ilícitas de recursos naturais e tornam comunidades locais reféns de suas dinâmicas. Paralelamente, surgem estruturas organizacionais flexíveis e descentralizadas, capazes de realizar atividades e processar informações com rapidez e sem regulação adequada como é o caso da recente expansão de *data centers* no Brasil, que levou o Estado a estruturar regulamentações posteriores a inserção dessas técnicas e operações informacionais.

O grande desafio, portanto, está na tentativa de estabelecer marcos regulatórios diante de um mundo em constante e acelerada

[12] Deve-se mencionar que existe rede de atores favoráveis as consolidações desses projetos como empresas locais e internacionais, moradores locais, empresários e promotores imobiliários-fundiários.

transformação. As novas dinâmicas territoriais impõem pressões antes que os sistemas normativos e jurídicos estejam estruturados para respondê-las. Em outra escala, as mudanças exigem formas inovadoras de planejar ações de defesa e contenção, em múltiplos pontos do território, frente à atuação em rede dos circuitos ilegais e à sua capacidade de rápida articulação por meio dos meios técnicos amplamente difundidos.

SOBERANIA E AS NOVAS REDES DE INTEGRAÇÃO OU DE TENSIONAMENTO?

No período contemporâneo, um conjunto de novas redes e articulações territoriais tem sido estruturado para viabilizar a fluidez de dados, informações, mercadorias e pessoas entre os lugares. Paralelamente, formam-se também redes voltadas à organização social de povos e grupos que estão territorializados ao longo dos rios, lagos e rodovias.

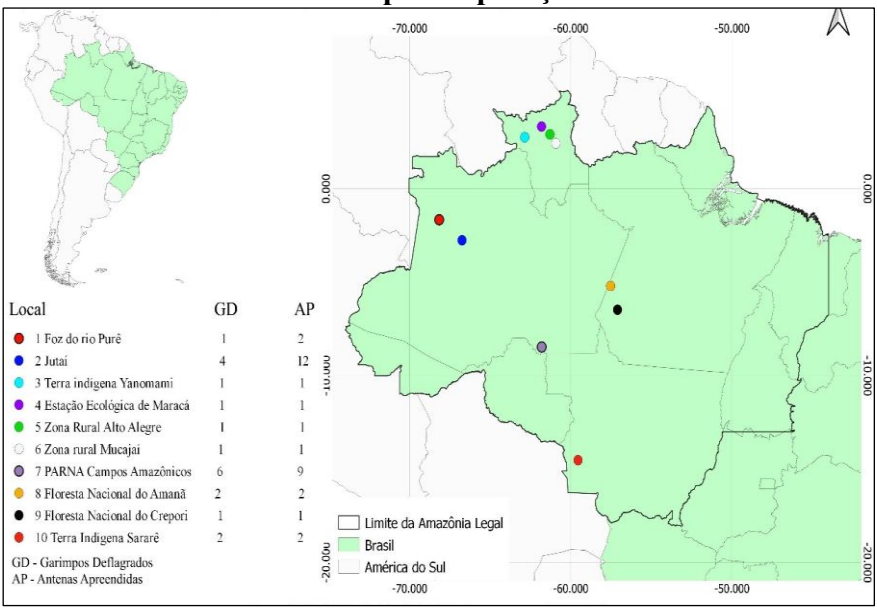
Nesse sentido, o conceito de redes geográficas pode ser compreendido a partir de dois aspectos centrais no âmbito da geopolítica. O primeiro refere-se à formação de redes estruturais de circulação e transporte, com materialidade mais evidente, geralmente desenhadas e redesenhadas pelo Estado com finalidades diversas inclusive geopolíticas. O segundo aspecto diz respeito à rede como estrutura composta por atores sociais que se organizam territorialmente em articulações voltadas à resistência a projetos, à gestão de territórios específicos, como rios e lagos de pesca, ou à defesa de modos de vida locais. É o caso de ONGs que operam com múltiplos núcleos em escala nacional e internacional, mobilizando uma ampla diversidade de atores.

As novas redes tanto materiais quanto imateriais de integração territorial são fundamentais para potencializar a comunicação nas mais diversas frações do território, permitindo que bases e instituições estabeleçam fluxos de dados entre lugares. No entanto, é importante destacar que esse avanço comunicacional não se dá apenas por meio das estruturas estatais. Meios técnicos disponíveis no mercado têm sido igualmente apropriados para criar sistemas de comunicação voltados a atividades ilícitas, comércio informal e organização de atores que atuam como grupos paramilitares ou articulados com redes internacionais de crimes e de extração de recursos sem fiscalização e sem o devido recolhimento de tributos ao Estado.

A densidade técnica de internet e telefonia móvel no território brasileiro, como aponta Bertollo (2024), ainda limita certas formas de organização, mas isso não impediu a manifestação de atividades informais e ilícitas. Com a crescente banalização e disseminação de objetos técnicos como celulares, sistemas de retransmissão de sinal e antenas de internet via satélite, esses grupos passaram a se organizar territorial e informacionalmente de forma mais eficaz.

No contexto da exploração de recursos na Amazônia, observam-se tanto as velhas redes (como os garimpos tradicionais) quanto novas redes (como os garimpos informacionais e os circuitos ilícitos), formando sistemas interligados que envolvem diversos atores distribuídos por locais de lavra, comércio e produção de mercadorias, como joias, tanto no mercado interno quanto no internacional. Além dessas, existem redes voltadas ao apoio de grupos sociais vulneráveis, como os povos originários, que atuam na prestação de serviços, na produção e divulgação de informações e na denúncia de problemas socioambientais por meio de mídias alternativas e pesquisas destinadas à elaboração de relatórios.

Figura 5 – Apreensões de aparelhos de internet via satélite pelas operações do IBAMA



Fonte: Elaboração própria. Base de dados: IBGE (2018); Notícias UOL (2024).

Destaque-se que, essas novas técnicas informacionais, presentes no território, apresentam usos múltiplos, incluindo a comunicação e a transmissão de dados entre as instituições do Estado. No entanto, também são utilizadas de maneiras que comprometem a manutenção das dinâmicas socioambientais na região, como, por exemplo, na exploração ilegal de recursos naturais e nos circuitos de circulação e transporte ilícitos. Esses usos tensionam, de certa forma, os aparelhos de defesa e configuram um contexto de ameaça não estatal, mas de atores diversos que atuam na organização do território com o objetivo de amplificar sua territorialidade.

SOBERANIA E DEFESA EM UM MUNDO MAIS COMPLEXO

Após as considerações iniciais, surge um questionamento central: como as questões de segurança e defesa territorial se configuram, especialmente em relação à Amazônia, em um mundo mais complexo, onde diversos atores, tanto estatais quanto não estatais, atuam em correlações de forças para instituir ou manter as estruturas territoriais de operação, controle de recursos naturais e dominação de populações?

Essa multiplicação de atores que representam potenciais ameaças territoriais para a sociedade, os recursos naturais e as instituições refletem uma nova dinâmica no cenário mundial pós 1991, em que os conflitos não estão mais restritos a disputas entre Estados (FONT; RUFI, 2006). Ao contrário, as tensões agora se expandem para incluir uma gama de atores não estatais, organizados em redes dinâmicas e, muitas vezes, virtuais, que possuem capacidades de ação geopolítica e econômica.

Nesse contexto, o aparato militar brasileiro se vê desafiado a entender a complexidade dessas novas ameaças e, ao mesmo tempo, a importância de sua atuação estatal, principalmente na Amazônia, onde as Forças Armadas desempenham um papel central nas ações que atendem aos diferentes grupos sociais da região. As forças militares, por sua vez, devem reforçar suas atividades com outras políticas públicas, visando proteger o território e seus recursos naturais, muitas vezes em cooperação com outras agências e organizações internacionais.

A emergência de novos atores no cenário geopolítico e os conflitos gerados por essa multiplicação de interesses revelam que a ideia de monopólio político de controle territorial pelo Estado está sendo questionada e superada. A rigidez dessa visão, característica

dos períodos anteriores, não é mais suficiente para explicar o contexto atual. Apesar da presença de instituições estatais responsáveis pela defesa territorial como as forças militares, surgem, nos diversos territórios do sistema-mundo, uma série de atores transnacionais e internacionais que atuam em questões políticas, econômicas e ideológicas. Esses atores, muitas vezes vinculados a interesses de Estados específicos, ou sem vínculos tão claros e que não operam mais exclusivamente sob a égide do Estado-nação, mas por meio de empresas, organizações e grupos de pessoas que buscam alcançar objetivos diversos. Frequentemente, essas ações estão associadas ao comércio ilegal, à sonegação fiscal e ao tensionamento de pautas estratégicas globais.

No contexto de um mundo mais complexo, a soberania também passa a ser repensada, pois a proteção e gestão dos espaços territoriais envolvem novas formas de cooperação e regulação. Um exemplo claro disso é a gestão de bacias hidrográficas que se estendem além das fronteiras nacionais, como os rios transfronteiriços ou internacionais. Estes formam arranjos hidropolíticos e hidrogeopolíticos que exigem tratados e acordos internacionais para a gestão compartilhada de recursos hídricos. Esses "regimes hídricos compartilhados" (RODRIGUES, 2005) refletem um movimento em direção à cooperação transnacional, que coloca em questão as noções tradicionais de soberania territorial.

Ainda mais, as discussões contemporâneas ampliam o debate sobre segurança para questões vitais, como segurança hídrica e segurança alimentar, temas que, longe de serem periféricos, se tornaram centrais na geopolítica global, principalmente em contextos, onde a sustentabilidade e a preservação de recursos naturais são questões cruciais para a estabilidade social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal problema que envolve a discussão sobre Amazônia e soberania está na existência de diversos atores que estabelecem relações de poder em diferentes frações territoriais dessa região geopolítica do Brasil. Além disso, a noção de soberania relativa indica a necessidade de superação do debate clássico centrado exclusivamente nos estamentos estatais.

O desafio contemporâneo consiste em estabelecer mecanismos de cooperação e fortalecimento institucional que não apenas resguardem o território nacional contra ameaças externas, mas também sejam capazes de coibir ilícitos protagonizados por atores diversos muitos dos quais não vinculados diretamente a Estados-nação. Ao mesmo tempo, torna-se necessário fortalecer circuitos espaciais que promovam a fixação de recursos e investimentos nos lugares.

A emergência de novos atores no cenário mundial e regional tem influenciado ações e discursos que enfraquecem o monopólio estatal sobre a soberania. Desde o final do século XIX, empresas têm buscado explorar e exercer controle sobre áreas da Pan-Amazônia e da Amazônia brasileira, com foco na extração de recursos naturais. Atualmente, o comércio de terras, créditos de carbono e mecanismos como o REDD[13] impõem novos tensionamentos às estruturas estatais, impondo uma crescente relativização da soberania e tornando os conflitos mais complexos, ao envolverem também atores não estatais.

A complexidade do debate sobre soberania e as transformações geopolíticas globais alimenta discussões que, por vezes, ainda se baseiam em pressupostos clássicos ou em abordagens

[13] Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal.

realistas. No entanto, qualquer ação que altere a estrutura territorial da Amazônia ou do país precisa considerar acordos e normas internacionais. Atores transnacionais passaram a participar de debates e ações antes restritos à esfera estatal, formando arranjos cada vez mais densos e difusos.

Por fim, destaca-se que mudanças na administração de um país e na orientação política de seus governos sejam elas fundamentadas em princípios realistas, construtivistas ou neorrealistas tendem a influenciar as relações do Estado com as dinâmicas de transformação contemporâneas, marcadas pela noção de soberania relativa ou pela erosão do conceito clássico de soberania. Com isso, novos discursos e ações são instituídos tanto no âmbito regional brasileiro quanto em outras partes do mundo.

A finalização das reflexões deste texto apresenta algumas questões que podem orientar novas análises sobre o período contemporâneo: o processo de globalização e a transformação do mundo tenderiam a construir um modelo único e universal de soberania? As novas tecnologias e as formas de apropriação material e virtual impõem um novo cenário que torna ainda mais relativa a soberania dos países, inclusive no Brasil? A inserção de empresas mineradoras e, cada vez mais, do sistema financeiro-extrativista seria uma manifestação de uma soberania relativizada?

REFERÊNCIAS

AGNEW, J. A. “Global political geography beyond geopolitics”. **International Studies Review**, vol. 2, n. 1, 2000.

AGNEW, J. “Sovereignty regimes: Territoriality and state authority in contemporary world politics”. **Annals of the Association of American Geographers**, vol. 95, n. 2, 2005.

AGNEW, J. “The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory”. **Review of International Political Economy**, vol. 1, n. 1, 1994.

BERTOLLO, M. “Internet e telefonia móvel no Brasil: qualidade e densidade das redes no território”. **Confins**, n. 64, 2024.

FONT, J. N.; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

FORTES, M. R. “A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)”. **Somanlu**, vol. 1, n. 1, 2000.

GOTTMANN, J. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

MACHADO, L. O. **Mitos e realidades da Amazônia brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)** (Tese de Doutorado em Geografia). Barcelona: Universidade de Barcelona, 1989.

MATTOS, C. M. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Papirus, 1993.

RODRIGUES, E. A. **Conflito e cooperação na Amazônia Continental em torno da problemática do gerenciamento dos regimes internacionais hídricos compartilhados** (Dissertação de Mestrado em Integração da América Latina). São Paulo: USP, 2005.

RODRIGUES, L. A. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

ROOY, G. G. A. A.; FARIAS, H. C. "A integração nacional analisada segundo a geopolítica brasileira entre 1910-1950". **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, vol. 7, n. 1, 2020.

SILVA, F. B. A.; OLIVEIRA NETO, T. "Fortes na Amazônia brasileira: controle territorial e rede urbana". **Revista de Geopolítica**, vol. 13, n. 4, 2023.